

Verba de assessores acaba sendo familiar

BRASÍLIA — Cada deputado dispõe de uma verba de Cr\$ 1,53 milhão para contratar de cinco a 12 secretários parlamentares. Esses funcionários vão assessorá-lo, desempenhando funções que vão de **office boy** a chefe de gabinete. Os salários variam de Cr\$ 41,9 mil (GP-16) a Cr\$ 503 mil (GP-1). Muitos deputados mantêm secretários parlamentares nos seus Estados, geralmente trabalhando em escritórios de representação. Esses funcionários — em muitos casos, parentes — são desobrigados de bater o ponto.

No início da gestão do Presidente Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), a Mesa Diretora aprovou um aumento de 100% na verba destinada à contratação de secretários parlamentares. A justificativa foi a implantação do Regime Jurídico Único do funcionalismo público, que resultou na supressão de alguns benefícios trabalhistas: os secretários parlamentares não têm mais direito ao FGTS, ao aviso prévio e a férias.

A Mesa Diretora facultou aos deputados, então, a concessão de uma Gratificação por Assessoria Legislativa, no valor de 100% do salário. Com isso, as perdas trabalhistas seriam recompensadas até com vantagem para os secretários parlamentares. Mas ocorreu um fenômeno inesperado: muitos deputados preferiram repartir a verba de Cr\$ 1,53 milhão por um número maior de assessores. O número total do secretariado passou imediatamente de 2.500 para 3.200 e os deputados passaram a contar com equipes maiores e mais desqualificadas.

Outro argumento para elevar o salário do secretariado foi a necessidade de contratar assessores mais qualificados. Na situação anterior, o menor salário — de Cr\$ 230 mil — não era suficiente para contratar um economista, por exemplo. Atualmente, o maior salário é de Cr\$ 503 mil, mas muitos deputados destinam a vaga (GP-1) às suas mulheres.

Os secretários parlamentares não têm estabilidade. Eles são demitidos no final de cada legislatura. Isso gera uma corrida por novos empregos no final dos mandatos. Os novos deputados acabam aproveitando a maior parte dos secretários parlamentares, muitas vezes em troca do gabinete do colega que está em fim de mandato. Há vários casos de parentes de parlamentares não reeleitos que permanecem como secretários parlamentares do novo deputado.